

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.416 - RJ (2020/0060539-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

RECORRENTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORE : ANDRÉ LUIZ FARIA MIRANDA - RJ099593

S

FERNANDA SILVA DE PAULA - RJ167001

RECORRIDO : STELLA MARIA BANDEIRA DE MELLO DA FONSECA COSTA

ADVOGADO : LUCAS ANTONIO DA FONSECA COSTA - RJ050159

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Município do Rio de Janeiro**, com base na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 327/328):

Apelações Cíveis/Reexame Necessário. Embargos do Executado. Execução fiscal ajuizada para cobrança de IPTU, Taxa de Iluminação Pública e Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública referentes aos exercícios de 1991 e 1992. Alegação de excesso de tributação, em decorrência de discrepância na metragem imobiliária adotada pela Edilidade para fins de fixação do valor venal. Sentença de procedência. Irresignações ventiladas por ambas as partes. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana. Domínio exercido pela Embargante. Fato gerador da obrigação tributária, nos moldes do art. 32, caput, do CTN. Necessidade de constituição formal do crédito, perfectibilizada com o lançamento, consoante previsto nos arts. 142 e seguintes do CTN. Procedimento que, para o tributo em questão, ocorre de ofício, por iniciativa da própria autoridade administrativa, e se consuma com o envio do carnê ao sujeito passivo. Verbete nº 397 da Súmula da Jurisprudência do Colendo Tribunal da Cidadania. Matéria versada no REsp nº 1.111.124/PR, proferido sob a sistemática dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do CPC/13). Precedentes desta Colenda Corte Estadual. Início de prazo para quitação do débito ou para seu questionamento junto ao ente competente. Inscrição em Dívida Ativa que só pode ocorrer após o vencimento, com lastro no art. 201 do CTN. Acolhimento da pretensão recursal que se impõe para extrair do decisum o comando de expedição de nova CDA, de modo que se permita à Demandante arcar tempestivamente com os novos valores. Honorários advocatícios. Majoração. Longo tempo de tramitação do feito e atuação diligente dos patronos da Executada. Interpretação do art. 20, §§3º e 4º, do CPC/73 pelo ínclito Tribunal Superior.

Superior Tribunal de Justiça

Aumento da verba para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que também se coaduna com o disposto no art. 85, §§2º e 3º, I, do novel CPC. Arestos deste Nobre Sodalício. Conhecimento dos recursos, provimento do Apelo interposto pela contribuinte e consequente desprovimento da Apelação ofertada pelo Município/Embargado, concernente à diminuição da remuneração dos causídicos. Manutenção dos demais termos da sentença em sede de Remessa Necessária.

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (fls. 378/384).

Nas razões de recurso especial, o ora recorrente aponta, dentre outros, violação ao art. 2º, § 8º, da LEF, bem como à Súmula nº 392/STJ. Sustenta, em síntese, que, *"na execução fiscal enfrentada nos presentes embargos, a substituição da CDA é plenamente cabível, afinal, o magistrado sentenciante reconheceu que a municipalidade não poderia cobrar TCLLP, TIP e IPTU (com alíquota acima da mínima prevista na legislação), pois entravam em colisão com o texto constitucional, o que configura em última análise, erro material. Portanto, os requisitos legais e jurisprudenciais foram obedecidos, sendo legítima a substituição a ser realizada pelo Município na CDA. Desta forma, se mostra evidente a aplicação do art. 2º, §8º, da Lei 6.830/1980."* (fls. 407/408), fazendo referência ao **Recurso Especial Repetitivo nº 1.115.501/SP** (Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 30/11/2010).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que, a despeito de o recorrente especial haver alegado que o acórdão recorrido destoa de entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso submetido à sistemática dos recursos especiais repetitivos, nos autos do **REsp nº 1.115.501/SP** (Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 30/11/2010). , a Corte de origem deixou de efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, b, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso especial.

Com efeito, ao tempo da prolação do juízo de admissibilidade do recurso especial (fls. 485/487), o Superior Tribunal de Justiça já havia afetado o tema em debate para exame sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (**Tema nº 249**), ficando firmada a orientação de que *"o prosseguimento da execução fiscal (pelo valor remanescente*

daquele constante do lançamento tributário ou do ato de formalização do contribuinte fundado em legislação posteriormente declarada inconstitucional em sede de controle difuso) revela-se forçoso em face da suficiência da liquidação do título executivo, consubstanciado na sentença proferida nos embargos à execução, que reconheceu o excesso cobrado pelo Fisco, sobressaindo a higidez do ato de constituição do crédito tributário, o que, a fortiori, dispensa a emenda ou substituição da certidão de dívida ativa (CDA)" (REsp 1.115.501/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 30/11/2010).

Vale ainda citar o julgamento proferido pela Primeira Seção, no **Tema n.º 690**, vinculado ao Recurso Especial Repetitivo n.º 1.386.229/PE, no qual se firmou a orientação de que a declaração de inconstitucionalidade não afasta automaticamente a presunção de certeza e de liquidez da CDA, em julgado cuja ementa ora se transcreve:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - CDA. BASE LEGAL. ART. 3º, § 1º, DA LEI 9.718/1998. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO STF. PRESUNÇÃO DE CERTEZA, DE LIQUIDEZ E DE EXIGIBILIDADE INALTERADA. APURAÇÃO DE POSSÍVEL EXCESSO POR MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. JULGADO SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC.

1. Cuida-se de Recurso Especial submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973 para definição do seguinte tema: "se a declaração de inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/1998, pelo STF, afasta automaticamente a presunção de certeza e de liquidez da CDA, de modo a autorizar a extinção de ofício da Execução Fiscal".

2. O leading case do STJ sobre a matéria é o REsp 1.002.502/RS, de relatoria da Ministra Eliana Calmon, ocasião em que Segunda Turma reconheceu que, a despeito da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/1998, a CDA conserva seus atributos, uma vez que: a) existem casos em que a base de cálculo apurada do PIS e da Cofins é composta integralmente por receitas que se enquadram no conceito clássico de faturamento; b) ainda que haja outras receitas estranhas à atividade operacional da empresa, é possível expurgá-las do título mediante simples cálculos aritméticos; c) eventual excesso deve ser alegado como matéria de defesa, não cabendo ao juízo da Execução inverter a presunção de certeza, de liquidez e de exigibilidade do título executivo (REsp 1.002.502/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 10/12/2009).

3. Essa orientação acabou prevalecendo e se tornou pacífica no âmbito do STJ: AgRg nos EREsp 1.192.764/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 15/2/2012; AgRg no REsp

1.307.548/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 12/3/2014; AgRg no REsp 1.254.773/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 17/8/2011; REsp 1.196.342/PE, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 10/12/2010; REsp 1.206.158/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/12/2010; AgRg no REsp 1.204.855/PE, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 16/10/2012; AgRg no REsp 1.182.086/CE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 10/10/2011; AgRg no REsp 1.203.217/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 11/2/2011; AgRg no REsp 1.204.871/PE, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 2/2/2011; AgRg no REsp 1.107.680/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/4/2010.

4. Embora alguns precedentes acima citados façam referência ao REsp 1.115.501/SP, de relatoria do Ministro Luiz Fux, como representativo da tese ora em debate, cumpre destacar que o tema afetado naquela oportunidade se referia genericamente à possibilidade de prosseguir a Execução Fiscal quando apurado excesso no conhecimento da defesa do devedor. É o que se verifica na decisão de afetação proferida por Sua Excelência: "O presente recurso especial versa a questão referente à possibilidade de alteração do valor constante na Certidão da Dívida Ativa, quando configurado o excesso de execução, desde que a operação importe meros cálculos aritméticos, sendo certa a inexistência de mácula à liquidez do título executivo".

5. De todo modo, os fundamentos nele assentados reforçam a posição ora confirmada, mormente a afirmação de que, "tendo em vista a desnecessidade de revisão do lançamento, subsiste a constituição do crédito tributário que teve por base a legislação ulteriormente declarada inconstitucional, exegese que, entretanto, não ilide a inexigibilidade do débito fiscal, encartado no título executivo extrajudicial, na parte referente ao quantum a maior cobrado com espeque na lei expurgada do ordenamento jurídico" (REsp 1.115.501/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 30/11/2010).

6. Firma-se a seguinte tese para efeito do art. 1.039 do CPC/2015: "A declaração de inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/1998, pelo STF, não afasta automaticamente a presunção de certeza e de liquidez da CDA, motivo pelo qual é vedado extinguir de ofício, por esse motivo, a Execução Fiscal".

7. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 1.039 do CPC/2015 e da Resolução 8/2008 do STJ." (**REsp 1386229/PE**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 05/10/2016).

Mesmo na vigência do CPC/73, a aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos deveria anteceder a análise dos pressupostos de admissibilidade do

apelo raro, incumbindo ao Presidente do Tribunal de origem assim proceder em relação aos recursos especiais que versassem sobre os temas já julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73: "*Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça*" (art. 543-C, § 7º, I e II, do CPC/73).

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Assim, haverá o juízo de admissibilidade do recurso especial somente nos casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal *a quo*, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela firmada no *leading case* (art. 543-C, § 8º, do CPC/73: "*Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial*"; cf ainda art. 1.030, V, *c*, do CPC/2015).

Compete, pois, ao Tribunal *a quo* efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, *b*, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso especial.

De fato, na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP**, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada. O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente

Superior Tribunal de Justiça

*'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.

Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."

No caso, a 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro admitiu, de pronto, o recurso especial, sem que **antes** fosse cumprido o rito do art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015, isto é: **ou negativa de seguimento** do recurso especial se o acórdão recorrido estiver em conformidade com o julgado repetitivo; **ou encaminhamento do processo ao órgão colegiado** para eventual juízo de retratação se o acórdão recorrido divergir do entendimento do STJ.

ANTE O EXPOSTO, **determino a devolução** dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja observado o rito previsto no art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

Ministro Sérgio Kukina, Relator